



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ministério da Fazenda



9.249/1995. A realização desses créditos se dará quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões para as quais foram constituídas. No exercício, foi baixado do crédito tributário ativado o montante R\$330,4 milhões enquanto que as adições importaram em R\$413,7 milhões.

Passivos totais
Captação de Recursos (depósitos, compromissadas e repasses)

Os depósitos apresentaram crescimento de 20%, comparado a 2016, sendo motivado pela captação de depósitos a prazo. As Letras de Crédito do Agronegócio apresentaram elevação de 16,6%, montante de R\$440,3 milhões em 2017 (R\$377,6 milhões em 2016). As obrigações por repasses tiveram leve crescimento de 2,5%, passando de R\$749,2 milhões no exercício de 2016 para R\$767,5 milhões em 2017. São linhas de crédito do BNDES, FINAME e FDA, disponibilizadas especialmente para os estados não contemplados com o FNO.

Outras Obrigações
O motivador do crescimento de 29,2% em Outras Obrigações foi o subgrupo Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, com destaque para a Disponibilidade do FNO que cresceu 59,8%, quando comparado ao ano anterior. Os outros fundos financeiros, como Fundo da Marinha Mercante (FMM) e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), mantiveram-se estáveis.

A disponibilidade do FNO refere-se aos recursos internalizados no Banco ainda não aplicados em operações de crédito e é composto por repasses do Tesouro Nacional (STN) ao Banco, por amortizações e recuperações em espécie das operações de crédito. Este recurso é remunerado à taxa extra-mercado, sendo esse encargo registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". O exercício encerrou com o montante de R\$4.938,0 milhões em 2017 (R\$3.089,5 milhões em 2016), referente à rubrica de Disponibilidade do FNO.

Os Passivos Atuarias encerraram o exercício registrando aumento de 40,2% (R\$1.003,2 milhões em 2017 e R\$715,6 milhões em 2016). Essa conta contempla os planos: BD, Misto, Assistidos de responsabilidade do Banco e Auxílio Saúde. A elevação foi motivada pelo ajuste nas respectivas provisões, após cálculo atuarial que ocorre trimestralmente.

Patrimônio Líquido (PL)
O Banco encerrou o exercício de 2017 com Patrimônio Líquido de R\$1.885,3 milhões, inferior em 3,8% em relação a 2016 (R\$1.959,7 milhões), tendo como principal causa o registro da complementação da provisão do plano de benefício definido (PBD), no valor de R\$184,7 milhões.

Índice de Basileia (Limites Operacionais)
A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O ano de 2017 encerrou com índice de 14,5% (16,1% em 2016).

Resultado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Exercício 2017	Exercício 2016
Receitas da Intermediação Financeira	1.421.049	1.611.744
Despesas da Intermediação Financeira	(962.018)	(821.685)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	459.031	790.059
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(78.461)	(364.062)
Resultado Operacional	380.570	425.997
Resultado Não Operacional	18.391	9.282
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	398.961	435.279
Imposto de Renda e Contribuição Social	(332.089)	(299.876)
Participações Estatutárias no Lucro	(2.365)	(4.721)
Lucro Líquido	64.507	130.682

Receitas da Intermediação Financeira
O resultado das rendas das operações de crédito decresceu 14,3%, encerrando o exercício de 2017 com R\$433,2 milhões (R\$505,3 milhões em 2016), impactado pela redução do volume de aplicação na carteira comercial e de fomento.

Em 2017, o resultado com títulos e valores mobiliários atingiu R\$958,9 milhões (R\$1.035,7 milhões em 2016), resultando em uma queda de 7,4%. As rendas com títulos de renda fixa contribuíram com R\$788,5 milhões (R\$877,3 milhões em 2016), seguido das rendas com aplicações interfinanceiras, no montante de R\$164,6 milhões (R\$96,6 milhões em 2016). As operações com TVM permanecem representando as maiores receitas da intermedicação financeira, alcançando no exercício 67,5% de participação nessas receitas.

Despesas da Intermediação Financeira
Estas despesas apresentaram crescimento de 17,5% motivado, principalmente, pelos custos de Empréstimos e Repasses e pela Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). A despesa de PCLD cresceu 36,0% em razão de migração de operações de crédito para níveis de risco mais elevado e de empresas em regime de recuperação judicial. As despesas com operações de Empréstimos e Repasses é o item de maior participação no grupo de despesa da Intermediação Financeira, com 49,3%. Em 2017, a elevação de 29,5%, foi derivada do custo de remuneração da disponibilidade do FNO. As remunerações pagas nas captações de depósitos e de operações de mercado apresentaram redução de

15,9%, face queda nas taxas praticadas no mercado, o que influencia no montante dessas despesas.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

Receitas de Prestação de Serviços
O principal componente desse grupo é a taxa de administração do FNO. A base de cobrança são os repasses do Tesouro Nacional ao Banco. Como em 2017 foram recebidos menos recursos em relação a 2016, a taxa registrou redução de 4,9% , o que levou a que as rendas de prestação de serviços apresentassem redução de 4,3%.

Outras Receitas Operacionais
As receitas operacionais apresentaram crescimento de 19,0%, motivado, principalmente, pelo *Del Credere* e recuperações de operações já baixadas como prejuízo, realizadas com recursos do FNO.

Com a aplicação da Lei nº 13.340/2016, que autorizou a renegociação e liquidação das dívidas do crédito rural, houve incremento da recuperação das operações vinculadas ao FNO, o que possibilitou a elevação de 344,4%, encerrando o exercício com R\$269,9 milhões (R\$60,7 milhões em 2016).

O *Del Credere* do FNO (rural e industrial) cresceu 3,5%, em razão de maior volume de aplicações de crédito no exercício de 2017, correspondendo a R\$587,1 milhões (R\$567,2 milhões em 2016).

Despesas
A conta de Despesas de Pessoal decresceu 11,2%, passando de R\$661,8 milhões em 2016 para R\$543,0 milhões em 2017, tendo como principal causa o Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI. No exercício, a despesa com este programa alcançou o montante de R\$11,6 milhões enquanto que em 2016 foram gastos R\$40,6 milhões.

Em 2017, a conta de Despesas Administrativas apresentou crescimento de apenas 2,4% quando comparado ao mesmo período de 2016. Os desembolsos com serviços técnicos especializados, promoções e relações públicas, foram os itens que apresentaram elevação. O registro das doações aos Fundos dos Direitos dos Idosos e Fundos das Crianças e Adolescentes, que totalizaram R\$2,0 milhões (Lei nº 12.213/2010 - Estatuto do Idoso; e Instrução Normativa SRF nº 267/2002 - Criança e Adolescente), contribuíram também para essa elevação. Valendo registrar o benefício fiscal decorrente da ação, espelhado em rubrica específica.

A gestão eficiente nos contratos administrativos, gerou, em 2017, a redução das despesas administrativas em novas contratações e na revisão de preços de contratos, o que possibilitou economia de R\$22,5 milhões, através das seguintes ações:

- Redução dos custos dos contratos de aluguel de imóveis de terceiros;
- Redução dos custos com contratos administrativos de prestação de serviços continuados;
- Redução dos custos de novas contratações licitadas;
- Aplicação eficiente e econômica dos recursos orçamentários de investimento do Banco;
- Redução nas contratações diretas, privilegiando as licitações pela modalidade Pregão Eletrônico.

A conta de Outras Despesas Operacionais apresentou redução de 10,9%, resultando em R\$94,9 milhões a menos que no mesmo período de 2016. A maior participação na redução dessa conta foi a despesa de provisão do FNO (risco compartilhado), resultante das renegociações da Lei nº13. 340/2016, impactando 20,1% a menos o resultado, encerrando o exercício 2017 com R\$401,1 milhões de PCLD-FNO (R\$502,1 milhões em 2016).

Imposto de Renda e Contribuição Social
As atividades do Banco, do exercício de 2017, geraram uma arrecadação para a União, na forma de imposto de renda e contribuição social, de R\$331,4 milhões (R\$350,1 milhões em 2016). Desse total, já foram antecipados R\$168,6 milhões. Nas esferas estadual e municipal, a contribuição para os cofres públicos foi de R\$8,3 milhões (R\$ 7,7 milhões em 2016).

Lucro Líquido
O Banco da Amazônia apresentou lucro líquido de R\$64,5 milhões, no exercício de 2017 (R\$130,6 milhões em 2016). Isso permitiu uma distribuição de:

- ✓ **Juros Sobre Capital Próprio (JCP)** – R\$18,6 milhões correspondendo a 30% do lucro líquido ajustado (R\$38,7 milhões em 2016, correspondendo a 31% do lucro líquido ajustado);
- ✓ **Participação nos lucros (empregados e administradores)** - R\$2,4 milhões (R\$4,7 milhões em 2016);
- ✓ **Reservas de Lucros (Legal e Estatutária)** – R\$46,7 milhões (R\$92,8 milhões em 2016).

Crédito

Fomento

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Como administrador do Fundo Constitucional do Norte (FNO), principal instrumento econômico-financeiro para o financiamento das atividades econômicas da Região Norte, o Banco da Amazônia tem o desafio de aplicar o crédito de fomento em bases sustentáveis numa região reconhecida por sua extensão territorial e abundante biodiversidade.

O FNO abrange os sete estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), abrangendo 45,3% do território brasileiro. É operacionalizado através de seis programas de financiamento, que são:

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO - Pronaf);
- Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO - Amazônia Sustentável);
- Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO - Biodiversidade);
- Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO - MPEI);
- Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO - ABC); e
- Programa de Financiamento Estudantil (FNO - FIES).

As diretrizes estratégicas do FNO priorizam os segmentos produtivos de menor porte; agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizem matérias primas e trabalho local; produção de alimentos básicos para consumo da população; e projetos sustentáveis. Os recursos do FNO contribuem com a redução das desigualdades intra e inter-regionais, possibilitam geração de mais oportunidades de trabalho e renda à população local, corroborando para o crescimento da economia regional.